

11.outubro.2017 – 10h00m

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Investigadores FCT
Identificados na [página da Comissão](#).

Recebidos por: Porfírio Silva (PS, que presidiu à audiência), Nilza de Sena (PSD), Margarida Mano (PSD), Álvaro Batista (PSD), Cristóvão Crespo (PSD), Elza Pais (PS), Luís Monteiro (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP).

Assunto: Programa de Estímulo ao Emprego Científico e ao Projeto de Regulamento do Emprego Científico

Exposição: O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS, que presidiu à reunião) cumprimentou a delegação presente e informou dos tempos fixados para a audiência.

Josefa Pandeirada, investigadora FCT, agradeceu a disponibilidade dos Senhores Deputados e das Senhoras Deputadas, tendo o Grupo de Investigadores presente procedido à sua identificação.

De seguida, referiu que Portugal está «acima ou no mesmo nível de muitos países europeus em várias áreas científicas», nomeadamente devido ao investimento que tem sido feito na Ciência. Todavia, paradoxalmente, é na ciência que se verifica a maior precariedade.

Prosseguiu, referindo que são 800 os investigadores com contratos a termo ao abrigo do programa investigador FCT, os quais estão em risco de desemprego no início do próximo ano.

A investigadora continuou, expondo o percurso dos 800 investigadores, nomeadamente ao nível dos programas pelos quais passaram, como consta da [apresentação inicial](#) por estes fornecida à Comissão e disponível para consulta na página da Comissão. Seguiu-se a referência à mais-valia que estes investigadores introduzem ao nível da ciência e da investigação portuguesa, bem como à expectativa que o suceder destes programas de apoio à ciência e investigação tem vindo a criar nestes investigadores.

Salientou, ainda, que «Portugal é infelizmente um dos países europeus com maior taxa de emigração altamente qualificada», considerando que «Se nada for alterado, a atual política de emprego científico vai potenciar uma nova «fuga de cérebros», lesando a nossa competitividade internacional e desperdiçando o investimento já feito.

Terminou, expondo as pretensões/preocupações deste Grupo de Investigadores, nomeadamente no que respeita aos concursos de apoio individual à contratação de doutorados, ao apoio parcial às instituições para que procedam à contratação sem termo, às contratações via Instituições de Ensino Superior de acordo com os contratos de legislatura firmados em julho

de 2016, e outras vias de contratação, e, ainda, ao PREVPAP, remetendo-se para o documento denominado de [apresentação inicial](#), o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) cumprimentou o Grupo de Investigadores e saudou o tema que trouxeram a esta audiência. De seguida, referiu que o seu Grupo Parlamentar sempre disse que o decreto do Governo – reportando-se ao [Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto](#), era um «mau decreto», pelo que sempre se empenharam na melhoria do regime por este introduzido. Todavia, volvidos estes meses desde a sua vigência que o projeto permanece imperfeito.

Salientou que o cerne da questão por estes exposta teria revestido de uma maior utilidade aquando do período de discussão pública do Projeto de Regulamento do Emprego Científico. Ainda assim, os problemas expostos subsistem.

Referiu, ainda, que o seu Grupo Parlamentar reconhece que o trabalho destes investigadores é essencial, mas que haverá que garantir uma equidade para quem quer ser investigador poder ter uma segurança na carreira.

Informou, ainda, que a Comissão de Educação e Ciência dispõe de um [Grupo de Trabalho para a monitorização dos contratos de legislatura](#) onde será abordado o tema da ciência e logo da investigação.

Terminou, apelando a que não deixem de fazer ouvir a sua voz e informando que o seu Grupo Parlamentar terá sempre a porta aberta para ouvi-los.

A Senhora Deputada Elza Pais (PS) cumprimentou os investigadores e referiu que é do diálogo construtivo que se constrói a ciência, considerando que este diálogo, interrompido na anterior legislatura, foi agora retomado. Informou que, apesar de o Projeto de Regulamento do Emprego Científico ter estado em discussão pública até ao dia 12 de maio, tal não significa que o Grupo Parlamentar do PS não tenha tomado boa nota das preocupações expostas, salientando que se trata de uma política pública de emprego científico que se encontra em construção.

Referiu, depois, que esta política encontra-se a ser desenvolvida a coberto do Programa de Estímulo ao Emprego Científico, programa este que dispõe de 8 linhas de atuação, e que visa a criação de mais de 5000 postos de emprego para os doutorados. Neste seguimento, expôs saber que a pretensão dos investigadores aqui presentes é a resolução imediata da sua situação, mas o programa referido foi desenvolvido para o hiato de 2017 a 2019, estando o Governo interessado em atrair para este programa, também, a colaboração das Universidades.

Salientou, que o Orçamento de Estado para a Ciência tem vindo a aumentar, sendo certo que o seu Grupo Parlamentar gostaria que ele chegasse a 3% do PIB, tendo havido sucessivas aproximações.

Por fim, referiu ter tomado boa nota das preocupações apresentadas.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) saudou o Grupo de Investigadores e começou por referir que o seu Grupo Parlamentar sempre entendeu que o Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, era destinado, apenas, a bolsiros. Foi com base neste entendimento que todo o procedimento de apreciação política correu.

De facto, o diploma resultante das alterações introduzidas pela [Lei n.º 57/2017, de 19 de julho](#), tem um conjunto de problemas, mas estes não resultam da atuação da Assembleia da República, pois que este diploma, apesar de já ter sido publicado em Diário da República, ainda não foi objeto de regulamentação por parte do Governo, como deveria. Esta falta de regulamentação permitiu e permite a «abertura de um buraco» para que todas as instituições não usem destes contratos com vista à contratação devida e que está na base do diploma. Neste seguimento, informou que o Grupo Parlamentar do BE fez já uma [pergunta ao Governo](#) sobre esta matéria. Já no que respeita ao PREVPAP, aludiu ao facto de as forças partidárias da Direita se encontrarem a demonstrar, durante esta audiência, abertura para a inclusão destes investigadores, ao abrigo deste programa, nas votações ocorridas em sede do [Grupo de Trabalho da Precariedade](#), da Comissão de Trabalho e Segurança Social, tanto o Grupo Parlamentar do PSD, como o do PS, rejeitaram proposta do BE que visavam a integração destes investigadores no PREVPAP, referindo que, desta forma, fechar-se-ão algumas hipóteses de integração destes investigadores ao abrigo do PREVPAP.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) cumprimentou os investigadores, começando por referir que, conforme afirmado, os investigadores que este Grupo representa integraram todos o Programa Investigador FCT, o que lhes assegurava algum tipo de continuidade do seu trabalho, sublinhando que, todavia, estes programas não resolviam o problema da precariedade, apesar de poder dar a estes investigadores alguma segurança, estabilidade e dignidade à profissão que desempenham por via de contrato. Ao mesmo tempo, para conseguir alcançar as posições que atualmente detêm, estes investigadores viram-se forçados a passar por um escrutínio muito pesado. Na opinião da Deputada, o que está em risco, uma vez que todas as opções de política de emprego científico do atual governo têm vindo a «ignorar» o percurso dos investigadores seniores, o que é um contrassenso e uma descontinuidade gritante com a política do passado, que virá a ter efeitos sistémicos, nomeadamente no que respeita ao financiamento da ciência e investigação em Portugal, dependente, em parte da atração de Fundos Comunitários por estes investigadores.

Salientou, ainda, que tanto o referido Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, como o PREVPAP, e ainda o Projeto de Regulamento do Emprego Científico, não contemplam estes

seniores. Ainda assim, o PREVPAP aparenta ser a melhor opção para estes investigadores, mas representará para estes uma perda no que respeita ao seu índice remuneratório.

Terminou, referindo que, face ao exposto, o seu Grupo Parlamentar irá tentar «influenciar» a atual política de emprego científico, de forma a evitar que esta rompa, em absoluto, com estas opções do passado, quer do PS quer do PSD/CDS.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) saudou os investigadores e salientou o papel destes enquanto «peça chave» da ciência em Portugal.

Proseguiu, expondo que o seu Grupo Parlamentar defende que a cada posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de contrato de trabalho. É com base neste princípio que o PCP tem vindo a desenvolver uma série de ferramentas que devem ter como objetivo a construção de uma carreira de emprego científico.

Mencionou, depois que, aquando do procedimento de apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, o PCP foi o único Grupo Parlamentar a alertar para as consequências poderiam advir da inclusão dos docentes neste diploma, inclusão esta que poderia vir a determinar a exclusão dos visados pelo próprio diploma.

Salientou que o Governo tem de tomar medidas e que, nesse sentido, apresentaram já duas perguntas a este, que podem ser consultadas [aqui](#) e [aqui](#).

Quanto ao PREVPAP, referiu que o seu Grupo Parlamentar tem atuado, nomeadamente com vista a não gerar mais desigualdades entre certos grupos de trabalhadores, tal como a não potenciar a quebra de vínculos atuais para quem não concorra no seguimento do PREVPAP.

Expôs ainda que, de facto, deve ser aumentado o investimento na ciência, mas também no ensino superior.

Por fim, referiu que o Grupo Parlamentar do PCP irá intervir no sentido da estabilização do vínculo e das carreiras.

Devolvida a palavra ao Grupo de Investigadores para resposta, começou Ana Petronilho por lembrar que em relação ao Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, chegou a estar em cima da mesa a possibilidade dos investigadores do Programa FTC poderem ser considerados para efeitos de contratação, o que não chegou a acontecer. Referiu, ainda, que as 8 vias do Programa de Estímulo ao Emprego Científico não são claras. E por fim, mencionou, quanto ao PREVPAP, que muitos dos investigadores em questão acumulam vários anos de contratos, pelo que é mais do que necessário que seja reconhecida a existência deste vínculo.

Teresa Summavielle tomou da palavra para referir que todos os investigadores têm consciência que é preciso resolver o problema dos bolseiros, qualificando a ação tomada nesse sentido de meritória. Contudo, não poderão ser desconsiderados os investigadores que já se encontram a trabalhar junto de instituições e centros. Referiu que, na sua opinião, a única forma de as

Universidades contratarem estes investigadores é fazer com que as verbas destinadas a esse fim não possam ser utilizadas para fins diversos, o que se traduz, no fundo, na sua opinião, num desvio de dinheiro da ciência para o ensino superior.

Rúben Heleno pediu a palavra para referir que tomou boa nota da palavra dos Senhores Deputados e das Senhoras Deputadas. Contudo, salientou que, não obstante o pedido de audiência ter sido apresentado no último dia da discussão pública, todos eles, enquanto investigadores e a título pessoal e individual, se pronunciaram atempadamente.

Questionou, depois, que se o PREVPAP não é a solução para os investigadores seniores, então qual é, tentando, assim, indagar da existência de um caminho para a resolução da situação destes investigadores.

Maria João Amorim referiu que os investigadores têm consciência de que o vínculo não é possível para toda a gente, motivo, pelo qual, devem continuar a existir estes programas de 5 anos.

Josefa Pandeirada expôs, ainda, que o apelo que hoje trouxeram tem sido feito a vários níveis, tanto ao nível da Instituição, como ao nível da FCT, e todos têm referido que tomam boa nota do que é dito pelos investigadores, mas ainda nada fizeram nesse sentido. O mais gravoso é que, no início do próximo ano civil, poderão ser cerca de 800 os investigadores desempregados, sublinhando que estes investigadores foram sujeitos a um escrutínio internacional aquando das suas candidaturas ao Programa FCT e que deste programa decorria uma expectativa de continuidade, tendo sido por conta desta expectativa que muitos deles regressaram a Portugal. Pelo que concluiu, apelando a que deixem estes investigadores trabalhar para dar continuidade ao trabalho que têm vindo a desenvolver, bem como a dar o apoio necessários aos alunos que acompanham.

Teresa Sumavielle pediu, novamente, a palavra para salientar que os técnicos superiores não resolvem o problema que será criado pelo desemprego destes investigadores, porque não são investigadores e não exercem o mesmo tipo de funções.

Ana Petronilho referiu, ainda, que em alguns centros de investigação mais de 60% dos seus investigadores são investigadores FCT, pelo que referiu que não olhar para isto é não dar continuidade há linha de investigação que tem sido seguida.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS), que presidiu à presente audiência, concluiu referindo que existe todo um trabalho de conciliação das diversas componentes do Emprego Científico que tem de ser considerado, sendo certo que o caso dos investigadores seniores é diferente dos restantes, havendo ainda que abordar aqui a componente relativa à responsabilidade das Instituições.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Referiu, ainda, conforme já abordado pela Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) que existe um Grupo de Trabalho para a monitorização dos contratos de legislatura, os quais são uma das ferramentas onde poderá ser abordada esta questão.

Terminou, agradecendo a presença do Grupo de Investigadores e referindo que a Comissão de Educação e Ciência está sempre aberta ao diálogo e à participação dos cidadãos. Valorizou, ainda, a audiência realizada, uma vez que o trabalho a desenvolver nesta área é um trabalho contínuo.

A audiência foi objeto de gravação, disponível na [página da Comissão na internet](#), constituindo parte integrante desta ata, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 11 de outubro de 2017

A assessora
Ágata Leite